



PARECER DA UMAR

V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e
Não Discriminação

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Contactos: e-mail: umar.sede@sapo.pt; T. 218873005

www.umarfeminismos.org

R. da Cozinha Económica, Bloco D, 30M/N Alcântara
1300-149-Lisboa

Um dos pontos fracos diagnosticados no estudo de avaliação do IV PNI foi o “*pouco envolvimento na elaboração do Plano das entidades responsáveis pela execução das medidas (Ministérios, Municípios, Org. Sociedade Civil)*”, recomendando-se, deste modo, um método mais participativo na construção dos futuros planos.

No que se refere às dinâmicas processuais a montante, o referido estudo coloca que: “*verificou-se unanimidade na crítica ao facto de a planificação ser feita antes de ser dado a conhecer os resultados da avaliação do plano anterior*”. Outro dos pontos a destacar é a pertinência de existirem dinâmicas de troca mais fluidas que beneficiassem ‘uma construção dinâmica do Plano’, mais participada e feita em conjunto com as ONG, autarquias, ministérios, numa perspectiva de co-autoria e numa lógica de “bottom-up”.

Deste modo, lamentamos que na elaboração do V PNI as recomendações anteriores não tivessem sido tidas em conta fragilizando à partida o envolvimento das várias entidades responsáveis pela implementação do Plano, isto porque, no entender da UMAR não é de todo suficiente o trabalho conjunto com várias entidades na execução e concretização das medidas do Plano, sem antes ter existido a mesma metodologia de inclusão de todas as entidades na construção do mesmo. Reforçamos, ainda, o facto dos dez dias para as entidades tidas como destinatárias do Plano se pronunciarem é claramente insuficiente e contraditório com a visão que a UMAR tem.

Após terem sido tecidas as anteriores considerações metodológicas que consideramos da maior importância, passamos à análise do Plano que nos é apresentado para emitirmos a nossa opinião e sugestões de melhoramento.

Constatamos que o atual Plano verifica melhorias na articulação entre Medidas e Objectivos, assim como na estruturação das áreas estratégicas em termos da sua articulação.

Consideramos como muito importantes as medidas que implicam um maior envolvimento do Ministério da Educação na sub-área **Educação, Ciências e Cultura**, nomeadamente nas medidas 16, 17, 19, 20 e 21, sugerindo que as ONG possam ser entidades envolvidas nas medidas 16 e 17, dado o papel que algumas têm tido na

formação de docentes na área da IG. Sugerimos, ainda, que este envolvimento seja feito na área estratégica 1, nas medidas 8, 10 e 11, dado o trabalho de ONG com autarquias na sensibilização e formação em relação a Planos Municipais para a Igualdade e a políticas locais.

Contudo, no que se refere à **Cultura**, parece-nos que faz falta uma linha de ação que vise a alteração comportamental/cultural conseguida pela desconstrução de esterótipos de género e que tivesse impacto social em termos de campanhas lançadas para o grande público.

No que se refere às sub-áreas da **Saúde e da Juventude e Desporto** verificamos que tem sido prática de ONG estarem envolvidas nas medidas 23, 27, 28 e 30 pelo que não tem sentido não as incluir no presente Plano, com especial enfoque na medida 27, onde particularmente a UMAR tem desenvolvido um trabalho de grande proximidade com a população jovem de forma extremamente planeada nas questões da Igualdade de Género.

Na sub-área **Inclusão Social e Envelhecimento** verificamos à semelhança das áreas anteriormente referidas a inexistência do envolvimento de ONG para a execução e concretização das medidas. Neste sentido, sugerimos a **inclusão de duas medidas** com envolvimento de ONG na sua execução:

- **Promover uma inclusão social com base na igualdade de género através da metodologia dos grupos de ajuda mútua (GAM) junto de populações particularmente vulneráveis: pessoas idosas, imigrantes, jovens, com deficiência e LGBT.**
- **Criar o I Plano Gerontológico Nacional onde as dimensões da Igualdade de Género sejam consideradas como um dos eixos centrais.**

Sugere-se, ainda, para além da integração das ONG para execução destas medidas, a alteração da redação das medidas 35 e 36 da seguinte forma:

Medida 35: Promoção da alfabetização e da capacitação das mulheres migrantes **no sentido da sua integração com base na IG e na não discriminação.**

Medida 36: Promover o acesso à informação e ao conhecimento por parte das mulheres idosas, **no sentido de promoção de um envelhecimento ativo e não discriminatório.**

Neste sentido, a UMAR considera de extrema importância o envolvimento de ONG para a execução destas medidas quer pelo trabalho que muitas delas já desenvolvem no terreno quer pela proximidade que as mesmas dispõem junto da comunidade.

Na área 3- **Independência económica, mercado de trabalho e organização da vida profissional, familiar e pessoal** propomos uma nova medida:

- **Criar grupos de ajuda mútua para mulheres desempregadas que promovam a capacitação para a procura de emprego e o desenvolvimento de estratégias de empoderamento perante as exigências do mercado de trabalho.**

Propõe-se, ainda, a inclusão de ONG na medida 42, pelo papel fundamental que estas têm vindo a desenvolver na dinamização das principais acções de empreendedorismo das mulheres e **o alargamento do âmbito da medida 43** destinada a agricultoras, **no sentido de incluir mulheres artesãs e outras mulheres que possam ter iniciativas nas áreas da soberania alimentar, comércio justo, defesa do ambiente e turismo ético nos meios rurais.**

Na medida 45, retirar a expressão coletiva nos “instrumentos de regulamentação de trabalho” dado que neste momento a regulamentação coletiva é praticamente inexistente e deve-se alargar também para a regulamentação individual.

Na medida 46 substituir a palavra “conciliação” por “articulação”.

Na área estratégica 4 – Orientação Sexual e Identidade de Género incluir como entidades envolvidas as ONG nas medidas 49 e 51. Incluir ainda o INE nesta última medida.

Em relação à **área estratégica 5 – Organizações não-governamentais** concordamos com as medidas enunciadas, sendo que na medida 53, nos Indicadores de Resultados seria de colocar a seguinte formulação: “Número de ações de formação e projetos desenvolvidos pelas ONG apoiados e **financiados** por entidades públicas”. A justificação da proposta assenta no facto da existência de vários tipos de apoio que nem sempre correspondem a financiamentos propriamente ditos.

Consideramos, ainda, de interesse **manter uma das medidas anteriores relativa a “Promover o desenvolvimento de parcerias entre autarquias e ONG para a implementação de políticas locais para a Igualdade”**. Esta proposta baseia-se no facto de no estudo de avaliação do anterior plano se valorizar bastante este tipo de

parcerias, sendo que elas acontecem, muitas vezes, por iniciativas de ONG, mas seria importante que tal ficasse “oficializado” neste V PNI.

Na **estratégia 6, Comunicação Social**, considera-se que na medida 57, as ONG devem estar envolvidas. É um claro exemplo de boas-práticas a existência e trabalho desenvolvido da UMAR no Observatório das Representações de Género nos “media” coordenado por estudantes e docentes da Universidade do Minho. É, ainda, de mencionar o trabalho de outras organizações, sediadas em Coimbra, Na medida 58, a inclusão de ONG faz também todo o sentido, na medida em que poderiam ser consultadas sobre os conteúdos do programa televisivo que saudamos como uma excelente iniciativa. É um facto que os meios de comunicação social têm a capacidade de desconstruir estereótipos e papéis tradicionais de género, contribuindo para transformação social e para uma sociedade mais inclusiva.

Propõe-se ainda que **a medida 56 seja alargada a outros/as profissionais do campo mediático como publicitários, assessores/as de comunicação social, produtores e realizadores de conteúdos de entretenimento**, pois está mais que estudado o impacto que estes profissionais têm nesta área. Por exemplo, a esfera publicitária acaba por ter impacto no conteúdo editorial noticioso da maioria das publicações. A mesma lógica de alargamento deveria ser aplicada à medida 57.

Considera-se, ainda, que na estratégia 6 se deveria valorizar mais os protocolos com instituições do ensino superior de diferentes regiões do país e que têm cursos da área da comunicação, onde se podia influenciar a promoção da leitura crítica dos conteúdos, no que se designa educação para os media.

Na **área 7 da Cooperação** sugerimos a integração de ONG em diversas medidas pois existem associações que trabalham no terreno há vários anos na área da Cooperação – medidas 63, 65, 66, 67 e 68.

Em relação às áreas retiradas do anterior Plano consideramos que o Ambiente e Ordenamento do Território deveria constituir uma sub-área da primeira área estratégica, dado que permitiria criar condições para a sustentabilidade e alteração económica, através da introdução da perspectiva de género no ordenamento.

Queremos, ainda, explicitar o facto de serem propostas as ONG em diversas medidas do V PNI. Não se trata apenas de dar maior visibilidade às ONG, aliás reconhecidas no

plano agora apresentado como entidades que “desenvolvem atividades fundamentais no exercício da cidadania e essenciais em tarefas centrais da vida coletiva”, mas facilitar futuras avaliações do V Plano, atingir com maior sucesso as medidas a que este plano se propõe e pelo conhecimento e vasta experiência já adquirida das ONG em matéria de Igualdade de Género.

Consideramos que nem sempre o contributo fundamental das ONG para a execução deste tipo de Planos é devidamente valorizado por insuficiência de explicitação dos seus contributos como entidades envolvidas e porque os planos são construídos ignorando a necessidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido anteriormente pelas ONG.

Contudo, existem anos e anos de trabalho no terreno, de intervenção, procurando construir uma cultura alternativa à dominante, questionando práticas sociais e lutando contra o binarismo de género, mostrando que podem existir novas masculinidades e feminilidades, assim como novas formas de agir contra o sexismo, envolvendo diversos setores sociais e grupos etários.

Perante o exposto e análise da UMAR ao V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017, agradecemos que as nossas opiniões possam constar na reelaboração do V Plano de Ação depois da fase de consulta pública.

Lisboa, 5 de Dezembro de 2013

Pela Direção da UMAR

Maria José Magalhães (Presidente)

Carla Kristensen (Vice-Presidente)